

Educação em gênero a partir dos recursos didáticos do Programa Maternidade, Adolescência e Escola

111

Glaucia Soares Barbosa¹

Resumo

Da parceria entre a Feira Mineira de Iniciação Científica e a Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, nasce o Programa Maternidade, Adolescência e Escola, que visa educar sobre maternidade para adolescentes e docentes de escolas da Educação Básica. A iniciativa oferece atividades educativas para prevenção da gravidez na adolescência e oportuniza discussões sobre maternidade, gênero e sexualidade através de dinâmicas, jogos, livros, cartilhas, sequências didáticas, vídeos e podcasts. O Programa está disponível em uma plataforma digital, de acesso gratuito, onde ficam armazenados os recursos didáticos sobre as temáticas explicitadas. Ademais, no ícone “Relato de Experiências”, existe um formulário para relatar vivências, constituindo um banco de dados para futura pesquisa. Espera-se contribuir com a continuidade dos estudos das adolescentes grávidas e que, frequentemente, evadem da escola. Almeja-se o desenvolvimento de pesquisa para entender os processos da aplicação desses recursos via exame das práticas relatadas na plataforma.

Palavras-chave

Gravidez na Adolescência; Educação em Gênero; Escola; Recurso Didático.

Recebido em: 26.05.2026
Aprovado em: 30.06.2026

¹Doutora em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da UNICAMP em 2015. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2008. Professora efetiva da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: glaucia.barbosa@uemg.br. <https://orcid.org/0000-0001-5506-4229>

Gender education using the teaching resources from the Motherhood, Adolescence and School Program

Abstract

From the partnership between the Minas Gerais Scientific Initiation Fair and the Faculty of Education of the State University of Minas Gerais, the Maternity, Adolescence and School Program was born, which aims to educate adolescents and teachers from basic education schools about motherhood. The initiative offers educational activities for the prevention of teenage pregnancy and provides opportunities for discussions about motherhood, gender, and sexuality through dynamics, games, books, booklets, teaching sequences, videos, and podcasts. The program is available on a free digital platform where educational resources on the topics covered are stored. The website includes a section calls “Experiences Report”, creating a database for future research. It is expected to contribute to the continuity of studies for pregnant teenagers who frequently drop out of school. The aim is to develop research to understand the processes of applying these resources by examining the practices reported on the platform.

112

Keywords

Teenage Pregnancy; Gender Education; School; Teaching Resource.

Esse trabalho é fruto da participação da autora na mesa Várias Vozes do Tessituras – Tecendo Pesquisas, no II Seminário Tessituras de Nós, em 2025. Quatro participantes do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Gênero, Sexualidade e Educação (Tessituras de Nós) foram convidadas a comporem essa mesa redonda para relatar suas experiências de pesquisa.

Assim, um dos trabalhos apresentados no evento foi a construção da futura pesquisa advinda do Programa Maternidade, Adolescência e Escola – MAE. Para se compreender o estudo intencionado é preciso se entender o Programa, sendo esta uma ação da Feira Mineira de Iniciação Científica - FEMIC, em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG). Seu objetivo é educar adolescentes e docentes de escolas da Educação Básica sobre gênero e maternidade, por meio de recursos didáticos disponíveis em uma plataforma digital (Programa MAE).

A origem do Programa se deu com o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa e Extensão intitulado: “As Mães Universitárias em Evidência”, na FaE/UEMG, nos anos de 2022, 2023 e 2024. Entre as propostas desse projeto, esteve o acolhimento das mães universitárias, sujeitas invisibilizadas no meio acadêmico. A partir de intensa discussão, percebeu-se que a temática da maternidade poderia também ser pensada para as mães adolescentes das escolas. E assim surgiu a idealização do Programa na FEMIC, já que essa feira virtual é acessada por escolas de todo o Brasil, podendo dar visibilidade e acesso ao Programa, suscitando a possibilidade de maior abrangência da temática pelas instituições de ensino.

A temática desse trabalho é relevante já que parte de uma grave questão presente na realidade das escolas brasileiras: a gravidez na adolescência. Segundo o IBGE (2024), a gravidez é o segundo maior motivo das mulheres abandonarem a escola, precedido apenas pela necessidade de trabalhar. Estudos apontam que a maternidade precoce é multideterminada e, entre suas variáveis estão: baixa renda, pouca escolaridade e falta de informação sobre métodos contraceptivos (Barros *et al.*, 2025; Silva *et al.*, 2024).

Assim, estratégias e atividades educativas para prevenção da gravidez na adolescência são ofertadas pelo Programa MAE, que oportuniza discussões sobre maternidade, gênero e sexualidade por meio de dinâmicas, jogos, livros, cartilhas,

sequências didáticas, vídeos, podcasts, entre outros. No site existe uma aba intitulada Relatos de Experiência. Consiste em um formulário para coletar respostas sobre as experiências vividas a partir da aplicação das atividades, constituindo um banco de dados para futura pesquisa. O Programa MAE está disponível em plataforma digital (<https://www.programamae.com.br>), aberta ao público, de acesso gratuito, onde ficam armazenados os recursos didáticos sobre as temáticas explicitadas. O mesmo é divulgado pela FEMIC, que em 2026 completará sua 10ª edição e possui um expressivo público da escola básica brasileira.

A partir desse projeto de extensão, que se comunica com o público da escola básica, espera-se contribuir com a continuidade dos estudos das adolescentes que são mães precocemente e que, frequentemente evadem da escola, além de conscientizar a comunidade escolar para as questões de gênero e maternidade. Ademais, almeja-se o desenvolvimento de uma pesquisa para se entender os processos da aplicação desses recursos via exame das práticas relatadas na plataforma.

Estudos sobre a temática do Programa

O Programa MAE pode ser considerado uma importante contribuição para se refletir sobre a implementação de políticas de incentivo à continuidade de estudos para adolescentes que se tornaram mães durante a trajetória escolar. O uso da plataforma e de seus recursos didáticos, pode potencializar a diminuição da evasão escolar de meninas que engravidaram precocemente, a partir da conscientização da comunidade escolar sobre gênero, gravidez indesejada e maternidade. Também pode ser considerado um interessante processo de inovação nas práticas pedagógicas dos professores para a compreensão da problemática abordada e proporcionar a conscientização de adolescentes sobre as temáticas. Além disso, pode suscitar dados para pesquisa sobre os processos de experimentação desses recursos, via preenchimento de formulário na Plataforma.

A partir desse contexto, faz-se aqui um esforço para o entendimento da temática principal do Programa. Sabe-se que a gravidez na adolescência no Brasil é um grande problema de saúde pública e que afeta a educação. Num estudo realizado por Barros *et al.* (2025), os autores afirmam que existe a:

*SCIAS Edu., Com., Tec., Belo Horizonte, v.8, n.1, p. 111-123, jan./jun. 2026
e-ISSN:2674-905X*

taxa de fecundidade de 43,6 nascimentos por mil meninas de 15 a 19 anos em 2022. Este estudo investigou as desigualdades nas taxas de fecundidade adolescente (TFA) nos municípios brasileiros, utilizando dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Censo Demográfico de 2022. (BARROS *et al.*, 2025, p. 3).

Tal pesquisa mostra que em 22% dos municípios brasileiros (sendo estes concentrados no norte e nordeste), a taxa é comparável à dos países mais pobres do mundo. Ressalta-se que entre 2020 e 2022, o Brasil teve mais de 1 milhão de partos de adolescentes entre 15 a 19 anos. O estudo aponta uma intrínseca relação entre vulnerabilidade social e gravidez precoce em cidades em situação de pobreza, identificando índices de fecundidade mais elevados (Barros *et al.*, 2025). Os pesquisadores recomendam a elaboração de políticas públicas que se voltem para as causas básicas do problema: a pobreza, a evasão escolar, a falta de acesso a serviços e de perspectivas para o futuro.

Silva *et al.* (2024), realizaram uma pesquisa sobre os determinantes sociais, culturais e econômicos que contribuem para os altos índices de gravidez na adolescência no Brasil, nos artigos presentes nas bases de dados eletrônicas de periódicos: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. Entre os principais resultados obtidos, os autores indicam que esse é um fenômeno multideterminado por variáveis como renda, escolaridade e acesso à serviços de saúde. Apontam que a educação sexual nas escolas é insuficiente e recomendam políticas públicas voltadas para tal educação.

Segundo o relatório da UNICEF (2016), a gravidez entre as adolescentes brasileiras é um problema multifatorial, em que a ausência de educação sexual e a falta de acesso a métodos contraceptivos, estão entre as suas principais questões.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua – PNAD (IBGE, 2024), os principais motivos para os homens abandonarem a escola é a necessidade de trabalhar 53,4% e a falta de interesse pelos estudos 25,5%. Já para as mulheres, o abandono é declarado pela necessidade de trabalhar 25,5%, seguido pela gravidez 23,1%. Ou seja, para garantir o direito dessas meninas aos estudos é preciso repensar sua permanência na escola.

Foi justamente para oportunizar a diminuição do abandono escolar e compactuar com o direito à educação pontuado pela Constituição Federal e pelo

Estatuto da Criança e do Adolescente é que o Programa Maternidade, Adolescência e Escola – MAE foi criado, podendo até mesmo inspirar políticas públicas de educação sexual nas escolas.

Para Furtado (2024), as escolas têm vagas suficientes para os estudantes, mas não garantem a permanência das estudantes grávidas e mães pois:

o nível de dificuldade que elas enfrentam para ir à escola e concluir sua jornada escolar, a vergonha da gestação, a falta de apoio familiar, o fato de não ter com quem deixar o filho para ir a escola, seja por falta de creche, seja pela ausência de rede de apoio, impele milhares de meninas a não concluírem suas jornadas na escola. (Furtado, 2024, p. 10).

116

Após o nascimento do bebê, como fica a vida das mães adolescentes? Normalmente são estigmatizadas e confinadas em casa. Segundo Ferrari (2018), a gravidez na adolescência pode ser compreendida como uma transgressão que precisa ser disciplinada. Quando comparada com aquelas mães adultas que tiveram a gravidez planejada, a adolescente é considerada “sujeito desviante e sofre estigma em decorrência dessa condição” (Ferrari, 2018, p. 4).

A censura à maternidade durante a adolescência é uma realidade historicamente situada e relacionada às redefinições na posição social da mulher (...) A partir da popularização de tecnologias de controle das capacidades reprodutivas, a maternidade passa a ser vista como um projeto racional e controlável que pode e deve ser postergado. No contexto da priorização dos estudos e do trabalho, a gravidez na adolescência passa a ser entendida como uma ‘perda de oportunidades’ e como sujeição precoce à função materna. (Ferrari, 2018, p. 8).

Assim, as adolescentes mães são sujeitos desviantes da “conduta materna ideal” e, portanto, são estigmatizadas e associadas à irresponsabilidade, à promiscuidade e à dependência, empurradas para casa, fora do olhar da sociedade. Essas meninas acabam abandonando a escola, pelo preconceito, necessidade de cuidados com o bebê e desfavorecimento social e econômico.

O abandono escolar de jovens mães está fortemente associado a fatores socioeconômicos desfavoráveis, por isso são imprescindíveis políticas que incentivem a continuidade dos estudos e, conseqüentemente, a inserção no mercado de trabalho, favorecendo melhor renda, menor dependência financeira, menos gravidez precoce e não planejadas. (Sousa, 2018, p. 160).

Oliveira e Silva (2025), analisam as narrativas de mulheres que engravidaram na adolescência, na possibilidade de entender os desafios que culminam no percurso escolar. Um dos principais resultados dessa pesquisa é a recomendação da necessidade de se educar e acolher essas adolescentes grávidas no ambiente escolar.

O Programa MAE é uma importante contribuição para se pensar em políticas de incentivo à continuidade de estudos dessas mães adolescentes e se torna um interessante processo de inovação nas práticas pedagógicas de professores para entenderem tal problemática e proporcionar a conscientização de adolescentes sobre a gravidez precoce, gênero e maternidade. O seu impacto social é justamente a contribuição na diminuição da evasão escolar de adolescentes que engravidam durante sua trajetória na escola e no letramento de gênero à comunidade escolar oportunizado ao se utilizar seus recursos didáticos.

Desenhos metodológicos do Programa

O Programa MAE nasceu da parceria entre a Feira Mineira de Iniciação Científica - FEMIC e o Projeto de Pesquisa e Extensão intitulado: “As Mães Universitárias em Evidência”, desenvolvido na UEMG, desde o ano de 2022. Entre as propostas desse projeto, esteve o acolhimento das mães universitárias. A partir de intensa discussão, percebeu-se que a temática da maternidade poderia também ser pensada para as mães adolescentes das escolas. E assim surgiu a idealização do Programa na FEMIC, já que essa feira virtual é acessada por escolas de todo o Brasil, podendo dar visibilidade e acesso ao Programa, suscitando a possibilidade de maior abrangência da temática pelas instituições de ensino.

A plataforma online do Programa foi desenvolvida e está disponível na página <https://www.programamae.com.br>, para armazenar os recursos educacionais elaborados por uma equipe de estudantes e professores da UEMG.

Nos anos de 2024 e 2025 foi realizado um grupo de estudos, com estudantes e professores da UEMG, para debater acerca das temáticas de gênero, sexualidade e gravidez na adolescência. A partir do domínio dessas leituras, o grupo se reuniu periodicamente para elaborar o site e os recursos educacionais. O Programa foi lançado durante a 8ª FEMIC, em novembro de 2024. A intenção é que esse banco de práticas pedagógicas seja constantemente alimentado.

Foram criadas as seguintes categorias de recursos didáticos: dinâmicas e jogos; livros e cartilhas; sequências didáticas; vídeos e podcasts e atividades diversas. Todas as atividades possuem orientações didáticas contendo objetivos, habilidades da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, além de dicas e ideias para docentes e discentes desenvolverem as atividades propostas.

Ao realizar o cadastro na Plataforma, o professor insere nome completo, CPF, Cidade, Estado, e-mail, telefone e escolaridade. Assim, além da possibilidade de se manter contato com o cadastrado, pode-se visualizar o número de acessos e as regiões do país onde ocorreram os mesmos.

Na Plataforma é possível que o professor registre a atividade realizada relatando sobre o processo de seu desenvolvimento. A ideia é que no futuro tenha-se esses registros como base de dados para pesquisa.

Assim, esse Programa é caracterizado pela troca de saberes entre a universidade e as escolas. A equipe aprende, forma e se forma, por meio do grupo de estudos e da elaboração dos recursos educacionais. Os professores da escola básica têm acesso a um leque de atividades e conhecimentos por meio da plataforma, contribuindo para uma prática pedagógica inovadora na escola, podendo inclusive inspirá-los a criar novas práticas, produzindo novos conhecimentos. Dados serão gerados com o relato dos docentes das escolas publicado na plataforma, podendo ser objeto de pesquisa e inspirando a futuras práticas docentes dos estudantes de licenciatura que fazem parte do Programa.

Esse Programa é iluminado pelo entendimento de extensão como comunicação. Gadotti (2017), entende que a produção de conhecimento deve ser reconhecida na universidade e fora dela, pois numa perspectiva antropológica, somos todos seres inacabados e produtores de cultura e conhecimento. Assim, compreende-se a extensão como um território de formação cidadã e de produção de conhecimento, em que ocorre a troca de saberes acadêmico e popular, tendo como consequência “não só a democratização do conhecimento acadêmico, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade” (Gadotti, 2017, p. 2).

Como resultados parciais foi elaborada a plataforma online do Programa MAE, que se encontra ativa, com oito atividades elaboradas e disponibilizadas para os docentes da Educação Básica, sendo elas:

- Vídeos e podcasts - a) Podcast Educativo - Olhares sobre a gravidez na adolescência no início da vida adulta (Episódio 1); b) Podcast Educativo - Um olhar de mulheres maduras que vivenciaram a maternidade na adolescência (Episódio 2).
- Sequências didáticas - a) Estudos de caso sobre a sexualidade entre os adolescentes e o uso de métodos contraceptivos; b) Olhares sobre a gravidez na adolescência no início da vida adulta; c) A vida no limite: maternidade, responsabilidade e sociedade do cansaço, no filme “Até a última gota”.
- Livros e cartilhas – a) Guia Educador: Sejamos Todos Feministas, de Chimamanda Ngozi Adichie; b) Informativo – Gravidez na Adolescência no Brasil.
- Dinâmicas e jogos - Roteiro de dramatização sobre o ciclo menstrual e a fecundação do óvulo.

Almeja-se aumentar e diversificar a produção das atividades nas cinco categorias de recursos didáticos, criando-se um potente banco de atividades.

Além desses recursos o Programa conta com três publicações: resumo nas Anais do 26º Seminário de Pesquisa e Extensão da UEMG, em 2024; resumo expandido nas Anais do II Congresso Brasileiro de Educação Criativa e Inovadora – COBECI; Trabalho de Conclusão do Curso da UEMG, intitulado “Podcasts do Programa Maternidade, Adolescência e Escola (MAE): uma análise sobre maternidade e percurso escolar”, em 2025.

Ressalta-se que os docentes que acessaram a plataforma ainda não realizaram registros de seus relatos em relação ao uso dos recursos didáticos. Esse é um ponto importante que se pretende fortalecer em 2026. Espera-se que ao se contactar os sujeitos registrados no Programa, incentive-se a participação com o registro de seus relatos. Assim, pretende-se melhorar a divulgação e comunicação com os usuários da plataforma, de modo a robustecer o vínculo e o uso do Programa.

Esse relato sobre as atividades desenvolvidas possibilita ao docente realizar uma reflexão sobre a própria prática, sendo esse um importante exercício da formação continuada. Segundo Megid Neto *et al.* (2007), a formação docente prática reflexiva, se apoia na ideia de que o professor gera conhecimentos a partir da reflexão sobre sua prática em situações concretas de seu cotidiano. Valoriza-

se os conhecimentos produzidos, provindos da experiência e que formam uma cultura docente. Segundo o autor esse é um relevante processo de autoformação.

Deseja-se que com o investimento na qualidade do Programa contribua-se para: oportunizar a diminuição da evasão das adolescentes grávidas; conscientizar a comunidade escolar em relação às questões da gravidez precoce, maternidade e gênero; inovar as práticas pedagógicas dos professores da educação básica; formar os estudantes de licenciatura participantes do presente projeto.

A pesquisa como possibilidade

Intenciona-se pesquisar sobre a seguinte questão: quais são as contribuições do uso dos recursos didáticos disponibilizados no Programa MAE para as reflexões da comunidade escolar sobre gênero, gravidez na adolescência e maternidade?

Ao acessar o Programa, obtemos as seguintes informações: nome completo, CPF, Cidade, Estado, e-mail, telefone e escolaridade. Assim, além da viabilidade de se manter contato com o cadastrado, pode-se visualizar o número de acessos e as regiões do país onde ocorreram os mesmos.

Na plataforma existe a página “Relato de Experiência” para que o participante escreva sobre a experiência vivenciada a partir do recurso adotado. Para isso responde a um formulário onde insere dados sobre o seu perfil: idade, sexo, raça, contato, escolaridade, tempo de docência, atuação em escola pública ou participar e disciplina lecionada. O formulário inclui também perguntas sobre a experiência: resumo; palavras chave; resultados; contribuições; presença ou não de grávidas adolescentes na escola; sugestões e críticas em relação ao recurso utilizado.

Informa-se que a FEMIC tem seis Programas, entre eles o Programa MAE. Pesquisas utilizando dados do portal FEMIC foram aprovadas no Comitê de Ética da UEMG, CAA 69444617.5.0000.5525. Dessa forma, a pretensa investigação que provavelmente os dados dos Relatos de Experiência está respaldada.

Por meio do contato com os usuários da plataforma será incentivada a participação por meio do registro dos relatos dos participantes. Uma ampla divulgação do Programa será realizada pela FEMIC.

Portanto, a partir da problemática explicitada nesse trabalho e dos dados coletados nos relatos de experiência, a pesquisa será realizada e os resultados serão publicados. Será uma grande oportunidade de se apresentar empiricamente os resultados do uso de recursos didáticos que proporcionam reflexões da comunidade escolar sobre gênero, gravidez na adolescência e maternidade, já que tal discussão tem sido alvo de discursos conservadores.

Estudos como os de Anjos e Canever (2025) e Bonfanti e Gomes (2018) apontam que desde 2018 há um crescente movimento conservador no Brasil que defende a retirada de atividades e reflexões sobre gênero e diversidade nas escolas, sob a premissa de que isso colocaria em risco as crianças e as famílias. Esse é um projeto político mais amplo da reação conservadora que “visa controlar corpos, subjetividades e práticas pedagógicas, reforçando normas cisheteronormativas e apagando discussões críticas sobre a diversidade” (Anjos; Canever, 2025, p. 118).

Segundo Bonfanti e Gomes (2018), os movimentos conservadores constituídos por políticos e religiosos anunciam a existência de uma “família natural e divina que seria a família formada por um casal heterossexual e seus filhos (...) a heterossexualidade é difundida como a sexualidade legítima e natural” (Bonfanti; Gomes, 2018, p. 107). Nesse discurso afirmam que os teóricos de gênero realizam uma doutrinação de gênero na escola, que desvia as crianças do padrão descrito.

A ampliação desse movimento em legislações geradas em diversos municípios brasileiros fere as diretrizes da educação básica e a Constituição Federal. Ademais, “impactam diretamente a autonomia docente, criminalizando práticas educativas emancipatórias e instituindo um clima de vigilância e autocensura nas escolas” (Anjos; Canever, 2025, p. 119), inibindo os professores de realizarem práticas relacionadas a temática de gênero.

Bonfanti e Gomes (2018) visam desconstruir esse discurso ao afirmarem que as diferenças sexuais são construídas socialmente, assumindo que as mesmas influenciam a organização da sociedade em uma imposição sobre o que é ser homem, o que é ser mulher. Logo na sociedade patriarcal, a mulher está no domínio do homem, assim como seu corpo, seu papel social e seus direitos. A violência sexual contra as crianças (domínio de homens sobre o corpo da mulher e dos vulneráveis), assim como a estigmatização da adolescente grávida (o papel

desviante da mulher enquanto mãe precoce), faz parte desse ideário de poder patriarcal.

Ao proporcionar, na escola, um lugar de escuta, diálogo e ruptura com o pacto do silêncio e do patriarcado, estamos construindo um espaço seguro e de convivência, em que as crianças podem ser livres e pertencentes, rompendo ciclos de violência e abandono escolar. E é sobre esse processo de diálogo na escola, abordando questões de gênero proporcionado pelos recursos do Programa MAE, é que se pretende investigar, com um olhar atento para a perspectiva da mãe adolescente.

Assim, na mesa do II Seminário Tessitura de Nós, foi apresentada a potencialidade de pesquisa que o Programa MAE possui. Ao se reunir um número significativo de relatos dos participantes do Programa, tal investigação será iniciada. Espera-se que os frutos desse trabalho tragam mudanças nas escolas e as possibilitem serem espaços mais críticos e acolhedores.

Referências

ANJOS, C. B.; CANEVER, N. *Gênero e sexualidade na educação: a disputa por uma escola democrática em tempos de retrocesso*. Revista Diversidade e Educação, v. 13, n. 1, p. 117-140, 2025. DOI: <https://doi.org/10.63595/de.v13i1.19199>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/19199>. Acesso em: 26 mai. 2026.

BARROS, A. J. D. *et al.* *Maternidade na adolescência no Brasil: altas taxas de fecundidade e desigualdades marcantes entre municípios e regiões*. SciELO Preprints. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311xen057625>. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/11534>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BONFANTI, A. L.; GOMES, A. R. *A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola?*. Periódicos, Salvador, n. 9, v. 1, mai-out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/issue/view/1651>. Acesso em: 26 mai. 2026.

FERRARI, A. L. R. F. *Maternidade na adolescência: performatividade e sujeitos Desviantes*. 2018. 43 f. Relatório Final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2018.

FURTADO, R. A. A. *Maternidade precoce: uma discussão sobre gravidez na adolescência, evasão escolar e políticas públicas*. In: Encontro Anual da Anpocs

- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 48, 2024, Campinas. Anais ... Campinas: Unicamp, 2024.

GADOTTI, M. *Extensão universitária: para quê?*. Instituto Paulo Freire. 2017. Disponível em: https://paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 21 mar. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* – PNAD. Educação 2023. IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf Acesso em 21 mar. 2026.

MEGID NETO, et al. *Para onde vão os modelos de formação continuada de professores no campo da educação em ciências?*. Horizontes, v. 25, n. 1, p.73-85, jan./jul., 2007. Disponível em: https://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/Horizontes_25_1_07%5B11067%5D.pdf. Acesso em 25 mai. 2026.

OLIVEIRA, M. C.; SILVA, R. C. *Podcasts do “Programa Maternidade, Adolescência e Escola (MAE)”*: uma análise sobre maternidade e percurso escolar. 2025. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação. Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

SILVA, L. S. S et al. *Gravidez na adolescência no Brasil*: Determinantes sociais, culturais e econômicos. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences. Volume 6, Issue 7 (2024), Page 778-791. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2521> Acessado em: 19 mar. 2026.

SOUSA, C. R. O. et al. *Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez*. Cad. Saúde Colet., Rio de Janeiro, 26 (2): 2018, p.160-169. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/kn8yrCMhL3XhfGk3HvCxLgg/abstract/?lang=pt> Acessado em: 19 mar. 2026.

UNICEF. Fundação das Nações Unidas para a Infância. *Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe*. Informe de consulta técnica (29-30 agosto 2016, Washington, D.C., EE. UU.). ISBN: 978-92-75-31976-5. Disponível em: https://www.unicef.org/lac/media/1336/file/PDF_Acelerar_el_progreso_hacia_la_reduccion_del_embarazo_en_la_adolescencia.pdf. Acessado em: 18 mar. 2026.